



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Obras

TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

DIRETORIA DE OBRAS

I - DO OBJETO:

Imóvel: Restaurante do Povo São João de Meriti

Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 100, São João de Meriti

Município: Rio de Janeiro – RJ

Código do Imóvel: 23114003

Proposta: S011/21 (Orçamento Desonerado)

O011/21 (Orçamento Pleno)

Orçamento: Orçamentistas: Marcus Vinicius Fangueiro Campos

Natureza dos Serviços: Cooperação Técnica para execução de obras para reforma do imóvel localizado à Rua Nossa Senhora das Graças, 100, São João de Meriti, visando a abertura do Restaurante do Povo de São João de Meriti.

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem como objeto estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, para **EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A REFORMA DO REFERIDO IMÓVEL QUE ABRIGARÁ O RESTAURANTE DO POVO DE SÃO JOÃO DE MERITI**, localizado à Rua Nossa Senhora das Graças, 100, São João de Meriti, visando a abertura do Restaurante do Povo de São João de Meriti.

1.1 Regime de Contratação Será adotado o Regime de Contratação na modalidade **Semi-integrada**, em função da compatibilidade e grau de detalhamento do Projeto Básico e dos elementos necessários a execução do objeto.

1.2 Critério de Julgamento

O Critério de Julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o Cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos neste Termo.

1.3 Referências

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal nº 13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispões sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto nº 46.188 de 06 de dezembro de 2017 – Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto nº 46.642 de 17 de abril de 2019 – Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

III – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Serviços de engenharia para execução de obras para a reforma do referido imóvel que abrigará o restaurante do povo de São João de Meriti, localizado à Rua Nossa Senhora das Graças, 100, São João de Meriti, visando a abertura do Restaurante do Povo de São João de Meriti.

IV – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

A unidade onde deverão ser executados os serviços, objeto do presente Termo de Referência, denominada “Restaurante do Povo São João de Meriti” é um imóvel existente, situado num terreno de 900,00m², que será complementado totalizando uma área construída no térreo de 656,81m², tendo no 1º pavimento de 188,47m², o que totaliza de área construída no imóvel 845,28m². Essa edificação principal, que servirá como Restaurante do Povo possuirá dois pavimentos, a saber:

Térreo – Bilheterias, Lavatórios, Sanitários, Depart. de descartáveis, Estoque de louças, Câmara frigorífica, Apoio à distribuição, Unidades de Passthrough, Distribuição, Depósito de materiais limpeza, Refeitório, Devolução de bandejas, Higienização de utensílios, Circulação, Escada e Câmara de lixo.

1o. Pavimento – Sala da Nutricionista, Sala da Fiscalização, Vestiários masculino e feminino, Sala de descanso dos Funcionários, Circulação e Escada.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro vem enfrentando graves questões socioeconômicas, potencializadas sobretudo devido ao estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19. Tais questões vêm atingindo principalmente a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação da população fluminense. O Cadastro Único revela que 2.672.600 milhões de pessoas no Estado encontram-se em situação de extrema pobreza, o que está diretamente relacionado com a situação de fome.

Diante desse cenário, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos vem empenhando esforços para fortalecer Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, como exemplo dos restaurantes populares, que são equipamentos de grande referência a nível nacional, tendo capacidade de atender uma parcela expressiva da população, principalmente a classe trabalhadora que necessita se alimentar fora de casa, bem como a população em situação de rua e vulnerabilidade socioeconômica.

Entre os anos de 2000 e 2016, o Estado do Rio de Janeiro possuiu 16 (dezesesseis) unidades de restaurantes populares, fornecendo aproximadamente 37.000 refeições diariamente. A partir da instituição do Decreto Estadual nº 45.807/2016, entre os anos de 2016 e 2018, 09 (nove) restaurantes populares foram fechados e outros 06 (seis) transitaram para a gestão compartilhada com os municípios de Niterói, Volta Redonda, Rio de Janeiro (Campo Grande, Bangu, Bonsucesso e Madureira).

Considerando a grande importância deste equipamento, bem como a necessidade do restabelecimento deste serviço em prol da população fluminense, o Governo do Estado elaborou o planejamento para reabertura de restaurantes populares, bem como para implantação de novas unidades em municípios que ainda não possuem o equipamento. Dentre estas unidades está o restaurante do Povo São João de Meriti, que encontra-se atualmente desativado, localizado em imóvel de propriedade do Estado, o qual necessita de reformas para que seja reestabelecido o serviço.

Diante desta demanda, a SEDSODH solicitou a celebração de Cooperação Técnica com a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, visando Cooperação Técnica para execução de obras para reforma do imóvel localizado à Rua Nossa Senhora das Graças, 100, São João de Meriti, visando a reabertura do Restaurante do Povo de São João de Meriti., partindo do projeto básico de obra fornecido e aprovado pela SEDSODH e planilhas orçamentárias elaboradas pela Diretoria de Obras EMOP-RJ, conforme constante no processo administrativo SEI 310003/003211/2021.

Justificativa de Modalidade de Contratação

A escolha da **Contratação modalidade Semi-integrada**, constante do Inciso V do Art. 15, do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC, da EMOP-RJ, deve-se ao fato dos serviços de engenharia previstos estarem contemplados no Projeto Básico elaborado pela Diretoria de Obras da EMOP-RJ, cabendo à contratada a elaboração do projeto executivo, na forma do Inciso descrito acima.

Escopo dos Serviços

Os serviços necessários para a implantação do Restaurante do Povo em São João de Meriti, onde hoje existe uma construção sem uso de dois pavimentos, que ocupa parte do terreno, compreende a reforma geral desta e a construção de um complemento no pavimento térreo para implantação da Bilheteria, Lavatórios, Sanitários, Depart. de descartáveis, Estoque de louças, Câmara frigorífica, Apoio à distribuição, Unidades de Passthrough, Distribuição, Depósito de materiais limpeza, Refeitório, Devolução de bandejas, Higienização de utensílios, Circulação, Escada e Câmara de lixo.

No 1o. Pavimento serão implantados Sala da Nutricionista, Sala da Fiscalização, Vestiários masculino e feminino, Sala de descanso dos Funcionários, Circulação e Escada, sem necessidade de ampliação.

O Restaurante em tela está descrito nos Orçamentos **O011/2021 – Sistema Pleno**, e **S011/2021 – Sistema Desonerado**, nos Planos de Necessidades Especiais Iniciais, Projetos de Arquitetura, Avaliação Planta Restaurante do Povo São João de Meriti, Relatórios de Instalações Prediais e Estrutura.

Descrição dos Serviços:

1) Os Setores operacionais de distribuição de alimentos integram a totalidade de um restaurante do povo e necessitam estar adequados às regras de Boas Práticas de Manipulação, tendo como referência a Resolução RDC nº 216 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como as normas para prevenção de incêndio, considerando as Notas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CMBERJ), além da observação de Normas Estaduais de sustentabilidade.

Além disso, devem ser observadas as seguintes orientações:

a) Pisos: devem ser revestidos com material liso, antiderrapante, impermeável, lavável, de fácil higienização, menor uso de rejunte na sua instalação e escolha do modelo utilizado e resistente ao uso e aos produtos de limpeza e desinfecção

Devem ter inclinação suficiente em direção aos ralos para não permitir que a água fique estagnada.

b) Rodapé: deve ser resistente à lavagem e ao uso de agentes químicos provenientes da limpeza. Recomenda-se o uso de rodapé com ângulos arredondados no contato com o piso, pois sua forma evita o acúmulo de sujeiras, facilitando a limpeza e tornando o ambiente mais higiênico.

c) Paredes: devem possuir acabamento liso, impermeável, lavável, menor uso de rejunte na sua instalação e escolha do modelo utilizado, de cor clara e resistente aos impactos, à higienização e ao calor. Devem estar livres de umidade, bolores, descascamentos, rachaduras e outras imperfeições.

d) Janelas: devem ter vedação adequada para área externas com a finalidade de evitar acessos de pragas e vetores urbanos, podendo ser utilizados telas milimétrica de material lavável. Portas que estão ligados ao lado externos do restaurante, devem ter borracha de vedação e ralos e grelhas devem possuir telas milimétricas, para que ocorra o controle de pragas e vetores.

e) Iluminação: Na área de preparação deve proporcionar a visualização de forma que as atividades sejam realizadas sem comprometer a higiene e as características sensoriais dos alimentos. As luminárias localizadas sobre a área de preparação dos alimentos devem ser apropriadas e estar protegidas de explosão e quedas acidentais. De acordo com o INMETRO, (<http://www.inmetro.gov.br/inovacao/publicacoes/cartilhas/lampada-led/lampadaled.pdf>) há recomendação o uso das Lâmpadas de LED como menor gasto de energia e mesma capacidade de iluminação.

f) Instalações Elétricas: devem estar embutidas ou protegidas em tubulações externas e íntegras de tal forma a permitir a higienização dos ambientes. Assim como prever luz de emergência tanto no setor operacional quanto no setor de distribuição de alimentos de acordo com Normas técnicas do CBMERJ.

g) Ventilação: natural ou artificial, a ventilação deve garantir a renovação do ar e a manutenção do ambiente livre de fungos, gases, fumaça, pós, partículas em suspensão, condensação de vapores dentre outros que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária do alimento. O fluxo de ar não deve incidir diretamente sobre os alimentos. Na Ventilação natural, quando houver, as janelas e demais aberturas externas deverão ser teladas, prevendo o controle integrado de pragas.

h) Caixa de Gordura e Rede de Esgoto: deverá ser programada de acordo com a NBR 8160:1999 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução), e demais legislações estaduais complementares. Buscando

a colocação do sistema de ralos e grelhas sifonados, para evitar o retorno de gases e substâncias contaminantes ao ambiente.

i) Captação de Água: Elaborar a captação de água das chuvas de acordo com LEI Nº 4393, DE 16 DE SETEMBRO DE 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências.

2) A área de distribuição e refeitório deverá contemplar os seguintes setores:

a) Acesso de Serviço: compreende os setores de **carga e descarga de alimentos e descarte de resíduos**. Deve prever mobilidade de carrinhos para transporte, carro de inox esqueleto e monta-carga para transportar as refeições do térreo até a área de distribuição.

b) Acesso Principal: área de entrada dos usuários. Prever mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência e considerar a existência de grande concentração de usuários na formação de fila;

c) Guichê de pagamento: setor para compra de *tickets*. Prever localização antes da área de distribuição;

d) Refeitório: área de consumo das refeições. Prever mesas com cadeiras acopladas, área para lavagem das mãos e corredores para fluxo de entrada e saída de usuários;

e) Copa de regeneração: Prever instalação elétrica (importante ressaltar locação da máquina de refrigeração em local externo para circulação de ar e melhor eficiência do equipamento) e hidráulica para câmara frigorífica, prever instalação elétrica e hidráulica para forno combinado.

f) Estoque para descartáveis: Pequena sala para estoque de descartáveis; localizada atrás do setor de distribuição;

g) Depósito para material de limpeza: Estocagem de material de limpeza;

h) Distribuição: área integrada ao refeitório onde serão distribuídas as refeições;

i) Sala de fiscalização: Sala para guarda de pertences e materiais da equipe de fiscalização;

j) Vestiários para funcionários: Guarda de pertences e troca de uniformes;

k) Banheiros para usuários: Feminino e masculino, com acessibilidade para pessoas com deficiência.

l) Câmara de resíduos: Armazenamento de resíduos aguardando a retirada.

Para a realização dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser consultados os seguintes elementos técnicos:

1. Este Termo de Referência;
2. Orçamentos **O011/2021** (orçamento pleno, não desonerado) (SEI 30059616) e **S011/2021** (Orçamento desonerado) (SEI 30059359);
3. O Projeto de Arquitetura – ETAPA I (SEI 24834950);
4. Plano de Trabalho (SEI 30060301)

Observações:

a) A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos as ligações provisórias e definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução

do serviço e de sua entrega em definitivo;

b) A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência;

c) A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

d) A CONTRATADA deverá providenciar relatório onde especifique, dimensione e situe cada serviço, com localização clara dos itens através de croquis e registro fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente Termo de Referência, antes, durante, e após a execução dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação das medições;

e) Na execução dos diversos serviços objeto do presente Termo de Referência, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o disposto nas Normas Técnicas correlatas, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

f) A medição dos itens constantes dos Orçamentos S011/21 e O011/21 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente aos sistemas pleno e desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão de obra empregada na execução dos serviços;

g) O item de “Administração Local”, previsto no código **01.090.0579-6** do Orçamento O011/21 (Sistema Pleno), e no código **01.090.0579 -G** do Orçamento S011/21 (Sistema Desonerado) será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultada no Orçamento (Sistema Pleno), e Orçamento (Sistema Desonerado).

Cronograma Prazo de Execução

Os serviços constantes do presente Termo de Referência deverão ser executados no prazo de **240 (duzentos e quarenta) dias**, respeitando-se o cronograma físico-financeiro do anexo:

Mês de Referência da Planilha Orçamentária

As Planilhas Orçamentárias a que se referem o presente Termo de Referência tem como data base o mês de fevereiro de 2022.

Reajustamento

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos.

Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

Onde: **$R = (I0/I) \times Po$**

R = Valor do reajustamento

Io = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

Po = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante.

Observações:

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

Critério de Medição

A medição será executada mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente Termo de Referência.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

Garantia

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº 13.303/2016.

SUBCONTRATAÇÃO

Toda subcontratação deverá ser autorizada expressamente pela Fiscalização.

ADMISSÃO DE CONSÓRCIO

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a admissão de consórcio.

CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) de ter realizado os serviços de:

- Reformas compreendendo demolição de pisos, tetos, alvenarias; com quantidade mínima de 120m²;

- Execução e acabamento de pisos, tetos e alvenarias; com quantidade mínima de 120m²;
- Execução de instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias prediais; em construção com área mínima de 170m²;
- Execução de projetos executivos para construções com área mínimas de 170m², com atendimento à Lei 4.393/2004 que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil promoverem imóveis residenciais e comerciais de dispositivos para a captação de águas da chuva e dá outras providências.

As quantidades acima se constituem limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2006 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO

Pessoal

Engenheiro Senior (01 um.)

Engenheiro ou Arquiteto Pleno (01 um.)

Engenheiro ou Arquiteto Junior (01 um.)

SUSTENTABILIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário, por se tratar de reconstrução, mantendo as condições originais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
2. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para consecução dos serviços objeto do presente Termo de Referência não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência;
4. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:
 1. Otimização de recursos materiais;
 2. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
 3. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva.

MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Risco do contrato originado do presente Termo de Referência deverá obedecer ao seguinte critério:

Tipo de Risco	Motivo	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Ações Mitigadoras	Responsável
Técnico e Econômico-Financeiro	Alteração pela EMOP-RJ do escopo dos serviços, dentro dos princípios permitidos pela legislação, com impacto financeiro.	Média (4)	Médio (3)	(12)	Elaborar orçamento com informações suficientes para execução dos serviços.	EMOP-RJ
Técnico e Econômico-Financeiro	Alteração pela SEDSODH do escopo dos serviços, dentro dos princípios permitidos pela legislação, com impacto financeiro.	Média (4)	Médio (3)	(12)	Garantir o perfeito entendimento da Proposta Técnica por parte da SEDSODH, a fim de assegurar que a mesma atende às suas necessidades e expectativas.	SEDSODH
Operacional e Econômico-Financeiro	Atraso no repasse de recursos financeiros.	Médio (3)	Médio (3)	(9)	Monitorar a liberação dos repasses de acordo com a Programação de Desembolso prevista no Plano de Trabalho.	SEDSODH
Operacional	Eventos naturais, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Média (4)	Média (4)	(16)	Monitorar a contratada, verificando a eficácia das medidas adotadas. Propor planos de ação para lidar com as consequências desses eventos.	EMOP-RJ
Operacional	Comunicação deficiente entre a EMOP-RJ e a SEDSODH.	Média (4)	Média (4)	(16)	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP-RJ
					Cumprir com as cláusulas	

Econômico-Financeiro	Rescisão do Termo de Cooperação por interesse da SEDSODH.	Baixa (1)	Alto (8)	(8)	desse Termo. Manter relação com a SEDSODH visando à manutenção da continuidade desse Termo.	SEDSODH
Econômico-Financeiro	Rescisão do contrato com a empresa contratada para a execução dos serviços.	Baixa (2)	Alto (7)	(14)	Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato. Realizar a gestão dos riscos entre a EMOP e a contratada através da Matriz de Riscos presente no Termo de Referência.	EMOP
Operacional	Acidente com ou sem vítima.	Baixa (2)	Alto (8)	(16)	Assegurar que sejam adotadas as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato pela contratada.	EMOP

Rio de Janeiro, 16 março de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro Alves de Abreu, Coordenador**, em 17/03/2022, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **30048902** e o código CRC **93F3ECA5**.

Referência: Processo nº SEI-170002/000357/2022

SEI nº 30048902

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: